



Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria

EDITAL 65/ 2018

Maria Evangelina Matos Pereira, Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, torna público, que na Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro, realizada no dia 18 de dezembro de 2018 a Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, aprovou a seguinte Moção:

Moção

Em Defesa do Serviço Público dos CTT

Os Correios, ao longo de mais de cinco séculos, têm assegurado a prestação dos serviços postais em condições que lhe permitiram granjear o apreço da generalidade dos cidadãos e todas as entidades que a eles recorreram. Foi essa a razão pela qual as freguesias portuguesas sempre estiveram ao lado das soluções para que os seus fregueses fossem afectados o menos possível pelas opções de corte e de encerramento de postos, disponibilizando muitas vezes instalações e pessoal, conscientes da necessidade de se garantir o serviço publico postal de proximidade. Fizeram-no mesmo que isso implicasse um custo financeiro muito superior à retribuição paga pelos CTT, como acontece na generalidade dos casos.

Em Dezembro de 2013 foi iniciada a privatização dos CTT, alienando-se cerca de 70% do seu capital. Em Setembro de 2014, foram privatizados os restantes 30%.

O Contrato de Concessão, celebrado entre o Estado e os CTT, obriga a empresa a prestar um serviço de qualidade conforme estipulado pela Lei e nas Bases da Concessão. Contudo, desde essa privatização, tem sido a estratégia da administração da empresa prosseguir um caminho de

2
desrespeito pelas obrigações a que os Correios de Portugal estão sujeitos no que respeita à prestação do serviço público postal (nos termos do contrato de concessão em vigor), e apenas tendo como objetivo garantir que os novos donos (grandes grupos económicos estrangeiros) recebam de volta rapidamente o que pagaram pela compra dos CTT, bem como aproveitar a rede dos CTT para implantar um Banco a nível nacional.

A Administração dos CTT anunciou o despedimento de mais trabalhadores, a venda de mais património e o encerramento de mais estações, tal como ocorrido no passado mês de Outubro com a estação do Monte de Caparica. Perante esta nova realidade, em que esta antiga estação passou a funcionar como um simples posto entregue a uma tarefa sem qualquer vínculo laboral com os Correios de Portugal, ficou a população das freguesias de Caparica e Trafaria sujeita a horários de atendimento mais restritos, limitações no levantamento de numerários e constrangimento na entrega de encomendas postais e correio registado, podendo, inclusive, colocar em causa o dever de sigilo. Este pacote soma-se ao que estava já em curso e prossegue o caminho de desinvestimento, descapitalização, sangria da empresa e do seu património, com a distribuição de dividendos aos accionistas muito acima dos lucros registados.

Assiste-se, assim, ao aprofundar do caminho desastroso aberto com a privatização dos CTT, ao degradar do serviço postal a níveis escandalosos e à destruição desta empresa com papel fundamental e insubstituível para o país e populações.

Portanto, a boa vontade demonstrada pelas freguesias, preocupadas com as populações que representam, revelou-se incapaz de travar a crescente degradação e a redução do serviço postal.

Os Correios não são um negócio. São um instrumento insubstituível para a coesão social, económica e territorial do nosso país.

Ao Estado cabe a responsabilidade de garantir que os serviços postais são assegurados em condições de igualdade a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer espécie, em particular nas decorrentes das limitações financeiras das próprias freguesias.

O serviço postal deve estar ao serviço da economia nacional e do seu desenvolvimento, com uma gestão que vise o equilíbrio económico-financeiro e o investimento na melhoria da qualidade.

Mais do que uma empresa que garanta lucros e dividendos, os Correios devem ser o garante de um serviço público efectivo, ao serviço do país e das populações, que aqui estão representadas pelos seus eleitos locais de freguesia.

A Assembleia da União de Freguesias de Caparica e Trafaria reunida no dia 18 de Dezembro, delibera:

- Exigir a reposição da Estação dos CTT no Monte de Caparica nos mesmos moldes em que funcionava anteriormente.
- Exigir a reabertura dos Postos dos CTT na Trafaria
- Exigir a reversão da Privatização dos Correios de Portugal

Para conhecimento geral se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

Caparica, 27 de dezembro de 2018

A Presidente


(Maria Evangelina Matos Pereira)